

O Jornal diário dos
Ancepianos
6 de setembro -12 h

EVENTOS VÃO REUNIR PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE EM OUTUBRO NO RIO



Os desafios da Auditoria no atual cenário brasileiro, segurança digital, combate à corrupção, controle social, inovações no mundo da Contabilidade. Esses e outros temas integram a programação da **58ª Convenção de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro** e do **XIV Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino** (Prolatino), que acontecerão de 9 a 11 de outubro, no Rio de Janeiro (RJ).

A inscrição vale 11 pontos no programa de educação continuada, no caso dos profissionais que trabalham no ambiente supervisionado pela Previc.

Com 15 painéis, o evento, reconhecido como um dos principais movimentos culturais de países de língua latina, promete grandes debates sobre avanços tecnológicos, mercado de trabalho e capacitação dos profissionais da Contabilidade.

Palestra magna – Quase nove meses após a implantação da reforma trabalhista, muitas dúvidas ainda existem sobre o impacto das mudanças no dia a dia dos empregados e empregadores. Entre críticas e opiniões, a Lei, que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, também é motivo de questionamentos entre os profissionais da Contabilidade, que atuam diretamente com as áreas gerenciais das empresas de diversos segmentos no País.

Para esclarecer as principais dúvidas na prática da aplicação das novas regras trabalhistas, a palestra magna do Prolatino será realizada pelo juiz federal do Trabalho, Marlos Augusto Melek, que falará sobre a Nova Lei Trabalhista na Prática, no dia 10 de outubro, às 16h30. Autor dos livros "Trabalhista! E agora? – Onde as empresas mais erram" e "Trabalhista! O que mudou? – Reforma Trabalhista 2017!", Melek diz que um dos principais ganhos das novas medidas foram a modernização e regulamentação da relação entre capital e trabalho. "Tínhamos um conjunto de leis desatualizado, escrito em 1943, e que virou uma colcha de retalhos depois de tantos adendos. Todos esses remendos estimulavam conflitos com uma quantidade exagerada de ações ingressadas por dia na Justiça do Trabalho", afirma Melek.

O congresso é realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ) e com o Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio (Sindicont-Rio). Para ter acesso à programação completa vá ao endereço <http://www.crc.org.br/58concerj/>

Fundos de pensão esperam avanços na regulamentação da Resolução 4661 durante o 39º Congresso

O jornal **DCI** traz matéria de página inteira sobre o nosso 39º Congresso Brasileiro da Previdência Complementar Fechada, que terá início na próxima segunda-feira (10) em Florianópolis. O texto abre com a previsão de que o evento será uma oportunidade para que se debata com a Previc a regulamentação do artigo 9 da Resolução CMN 4.661.

O diretor de Investimentos da Abrapp, Guilherme Leão, disse inclusive acreditar que a Previc venha a acelerar o processo de regulamentação para que algo possa ser anunciado durante o 39º Congresso. "Será natural que fundações pequenas ou médias tenham alguma dificuldade. A contratação de um gestor de riscos independente terá um custo adicional, mas dará maior segurança aos participantes", ressaltou Leão. Ele lembrou ainda que o artigo 4 da resolução determina a responsabilização por ações e omissões de pessoas que participam do processo de análise, assessoramento e da decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos. "O texto torna mais claro que as responsabilidades são de todos", assevera.

Outra determinação, presente no artigo 13 da Resolução, é que as entidades devem contratar pessoa jurídica para prestar serviços de custódia nos termos da CVM e Banco Central. "Essa recomendação já existia antes, mas tivemos alguns casos de ativos financeiros não estavam em custódia", ressaltou Leão. De fato, operações da Polícia Federal identificaram situações em que essa recomendação de custódia não foi seguida.

Fintech de previdência complementar diz que bancos e seguradoras estão sendo lentos na corrida digital

Os planos de previdência complementar vão se apresentar cada vez mais como alternativa prática e fácil para quem quer começar a guardar dinheiro e não possui cultura de poupança, bem como para quem busca benefícios fiscais e sucessórios e possui maior conhecimento financeiro. A avaliação, diz nota publicada em coluna do jornal **DCI**, é de Raphael Swierczynski, CEO da Ciclic, que se define como a primeira fintech de previdência privada 100% digital. Segundo ele, o público alvo desses produtos deve ser ampliado com a inclusão de pessoas de diversas classes econômicas e alguma renda disponível.

Segundo ele, bancos e seguradoras estão sendo lentos na exploração desse mercado, lhes faltando produtos realmente digitais e maior portfólio de soluções para competir com as novas corretoras digitais.

Coelho aponta os caminhos seguidos pela Previ

José Maurício Coelho, presidente da Previ, escreve no **VALOR ECONÔMICO** artigo sob o título “Não podemos prever o futuro, mas podemos construí-lo”, frase que atribui a Peter Drucker, um dos pais da administração moderna. Ele nota que em uma entidade fechada de previdência complementar a governança deve ser o eixo central da credibilidade. É ela que protege os participantes. Mas como se constrói essa governança? Por meio de normas, processos e controles internos que devem não só atender, mas ultrapassar os requisitos da legislação e as exigências feitas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a Previc.

Coelho cita como importantes também a solidez dos investimentos e a capacidade de planejar. Além de especificar os objetivos da entidade, o plano estratégico e tático também define quais caminhos serão trilhados para executar esses objetivos. Ele precisa ser conhecido profundamente não só pela administração da entidade, mas também pelos funcionários que trabalham na gestão do fundo.

Ele defende também que as melhores práticas em governança corporativa não devem ser incentivadas apenas internamente, mas também nas empresas em que a entidade tem participação e no mercado como um todo. Investidores institucionais precisam ter consciência do seu papel no desenvolvimento econômico e social, além da sua relevância no aperfeiçoamento das boas práticas de governança.